TL 843

Comemoração de 12 Novembro/91

Hoje é assinalado por diversas iniciativas, dentro e fora de Portugal, a passagem do primeiro ano sobre o massacre de Sta. Cruz, em Dili.

Todos nós vimos, revoltados, as imagens que a objectiva de Max Stahl captou e, a partir daí, a opinião portuguesa despertou e a mundial mudou, favoravelmente, à questão timorense.

No entanto, durante dezasseis anos, o mundo ignorou, ou melhor, os interesses económicos e estratégicos das grandes potências abafaram a questão de Timor Leste, minimizaram o direito de um povo, demasiado pequeno, que, em cada dia da sua existência, vive o terror.

Pois, pode-se afirmar que o massacre de Sta. Cruz não passa de uma gota de água, no oceano de terror, que precedeu e está a suceder àquele massacre. As imagens que todos vimos, por mais eloquentes que sejam, são apenas um exemplo ocasional, entre muitos, que caracterizam o holocausto do Povo Timorense, desde o início da invasão, em Dezembro de 1975.

Se, por um lado, é alarmante verificar que muitos timorenses já morreram e continuam a morrer sob a opressão do regime de Suharto, por outro lado, não deixa de ser também preocupante o etnocídio que os indonésios têm perpretado, durante estes anos de ocupação militar.

A estrututa sócio-política que reflecte a diversidade na organização de cada grupo nas aldeias -"knua" - bem como nos sukus e reinus, denuncia uma estrutura com características democráticas, em que o chefe eleito tem o poder limitado pelo consenso geral dos velhos - "katuas" -, com estruturas, mais ou menos, linhageiras.

Nos diversos grupos étnico-linguísticos encontramos, bem patente, a sua maneira de viver, conviver e sobreviver, e onde as regras da aliança e o culto aos antepassados constituem um laço estreito de união entre os vários grupos. E estas características levam o povo a sentir-se fraternalmente ligado a toda a gente e a considerar-se parente todo o núcleo social - "knua" - a que pertence.

A religião tradicional é animista, reconhecendo o timorense a existência de uma divindade suprema - "maromak" (deus) - que veneram e homenageiam com oferendas e sacrifícios.

Existe, em todos os "knua" a "Uma Lulik" (casa sagrada) que é o lugar onde se guardam inúmeros objectos insólitos e valiosos a que chamam "lulik" (sagrado).

Relativamente à prática animista, acredita que as almas contiuam a viver, após a morte, retidas nas montanhas sagradas ou em entidades tutelares do mundo natural.

A família é a forma primeira e indivisa a partir da qual se edifica toda a estrutura social timorense. O núcleo familiar - knua - estabelece-se num espaço sagrado, constituindo um mundo autónomo. A adoração comum dos antepassados reforça a solidariedade e as ligações genealógicas entre os seus membros tendem a ter um efeito estabelizador na pequena comunidade do "knua".

No dia-a-dia, os mortos contam tanto como os vivos. Os mortos e os vivos movimentam-se num campo real e ideal de maneira que os vivos acreditam que o seu presente é um prolongamento dos antepassados, e cada um sente que o seu tempo de vida há-de prolongar-se para além da morte. Por isso, sente que o tempo que vive, chega para cada um se cumprir, oferecendo à vida (aos outros) o que há da sua dinâmica.

Durante cinco séculos, apesar de se terem registado algumas situações de conflito e de guerra aberta, podemos afirmar que a administração portuguesa, quer por vontade própria, nalguns casos, quer noutros casos, por omissão ou incapacidade, remeteu-se muito frequentemente a uma situação de coexistência e cohabitação com a sociedade tradicional timorense que, desta forma, conseguiu manter alguns dos seus aspectos mais dominantes e assegurar um funcionamento, mais ou menos, harmonioso.

A presente situação em Timor, invadido e ocupado militarmente pela Indonésia, desde Dezembro de 1975, e lutando denodadamente pela defesa do seu direito à auto-determinação e independência, é, a todos os níveis, extremamente grave e preocupante.
De facto, assiste-se por parte da Indonésia, a par da violação permanente dos direitos humanos do povo timorense, ao sistemático atentado à identidade cultural deste povo, com a imposição forçada dos valores indonésios, nomeadamente o Pancasila.

Quando o Povo Timorense começou a ganhar maior consciância de identidade nacional; quando o Povo começou a participar activamente no desenvolvimento de programas de carácter cultural e económico; quando o Povo participava, com euforia e entusiasmo, a vivência da liberdade conquistada, então, no dia 7 de Dezembro de 1975, a Indonésia interrompeu este processo, invadindo e ocupando militarmente o território de Timor Leste.

De facto, durante estes 17 anos, o invasor tem realizado todas as restantes técnicas normalmente utilizadas pelos exércitos modernos quando pretendem subjugar uma resistência popular.

Eis alguns dos instrumentos utilizados pela Indonésia para apagar a memória deste Povo:

- implantação de um programa de aniquilamento indescriminado, que inclui bombardeamento maciço com bombas napalm, bombas incendiárias, etc.;

- permanente violação dos direitos humanos do povo timorense;

- imposição do uso da língua indonésia (espécie de malaio) e proibição de falar o português e o tétum - língua nacioanal;

- transferência forçada das populações dos seus "knua" - aldeias - para aldeamentos estratégicos, onde são rigorosamente controlados;

- destruição das vilas e colheitas, provocando uma completa rotura e desestruturação da sociedade timorense;

- proibição do ensino do português no Externato de S. José, Dili, única escola da Diocese que ainda leccionava segundo o programa português, depois do massacre de Sta. Cruz, em 12 de Nov. 1991;

- facilidade à entrada de imigrantes indonésios, tendente a diluir a identidade do povo de Timor Leste;

- através da Conferência Episcopal da Indonésia, o regime de Suharto tenta aliciar a Igreja de Timor no sentido de a Igreja ser favorável à integração e utilizasse a língua indonésia nos actos litúrgicos porque, como afirmavàm, "a Igreja nada tinha a perder com a integração".

Mas, como resposta à promessa de que a Igreja nada tinha a perder com a integração, a Igreja de Timor permanece junto do povo, correo os mesmos riscos que o povo e vários sacerdotes têm sido ameaçados, espancados e detidos pela coragem que revelam.
Como reacção à indonesização e à islamização a generalidade da população faz-se baptizar pela Igreja Católica (82% em 1990), e aumenta a consciência de uma entidade nacional fortemente sentida que não suporta ver-se reprimida ou aniquilada.

Este foi um momento de lembrarmos os mortos de Sta. Cruz.
Não deixemos, no futuro, morrer a lembrança.
Não deixemos encerrar o processo deste povo que se movimenta, com esperança, em direcção da sua própria dignidade.

Lisboa, 12 de Novembro de 1992

Luís da Costa